

RELATÓRIO DA ADMINISTRA O

Senhores acionistas e clientes:

A Administra o do Banco Société Générale Brasil S.A. submete   aprecia o de V.Sas., o Relatório de Administra o e as correspondentes Demonstra es Financeiras individual e consolidada com o Relatório dos Auditores Independentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

Sobre o Grupo SG Brasil

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. Na Europa   a uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale do Brasil S.A., além da própria entidade individual consolida as seguintes controladas: SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil (nova razão social da Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil desde novembro de 2010), Société Générale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários, SGAM Sociedade Asset Management Brasil Ltda., Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A. Em 2008, o Grupo Société Générale obteve a autoriza o do Banco Central do Brasil para a aquisi o do Banco Cacique S.A., institui o com foco no crédito a varejo, com uma carteira de créditos principalmente concentrada em crédito consignado. A evolu o da implanta o do plano de negócio do Banco Cacique S.A., ora apresentado ao Banco Central quando da aquisi o, está aderente aos principais objetivos estratégicos, tendo o volume da carteira de crédito em dezembro de 2010 apresentando varia o limitada em rela o ao volume originalmente definido para o período. O Patrim nio Líquido

consolidado em 31 de dezembro de 2010 atingiu o valor de R\$1.099,1 milhões e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 18,3% (Acordo da Basileia II). A carteira de crédito do Consolidado atingiu R\$ 3.002,2 milhões, com um  ndice de créditos classificados de AA-B em rela o   carteira total de créditos de 91,73% (89,81% no final de 2009). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 5,06% do total da carteira ao final de dezembro de 2010 (6,98% ao final de 2009).

Responsabilidade Social

O Instituto de Responsabilidade Social Société Générale tem como missão valorizar e transformar vidas humanas através da promo o gratuita da educa o, capacita o profissional e de atividades que envolvam esporte, saúde, arte, cultura e preserva o do meio ambiente. Com metodologia própria, também emprega expertise de gestão do Grupo Société Générale para ampliar a eficiência de seus investimentos sociais. Por essa razão, as parcerias estabelecidas são avaliadas como um investimento, respeitando processos de controle de riscos, comitê de crédito e controle de fluxo de caixa. Esse ano, o Instituto segue o pilar da inclusão por meio da educa o, investindo fortemente em projetos com foco principal na empregabilidade dos jovens assistidos pelas ONGs parceiras.

Agradecimentos

A Administra o do Grupo Société Générale Brasil agradece aos colaboradores pelo empenho e dedica o, e a nossos acionistas e clientes, o indispensável apoio e confiança depositados.

São Paulo, 29 de março de 2011

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009			2010	2009	2010	2009
CIRCULANTE		4.713.719	4.037.657	5.558.519	4.735.667	CIRCULANTE		4.415.155	3.161.972	4.927.113	3.734.446
Disponibilidades	5	29.443	35.340	31.662	39.387	Depósitos	18	1.162.705	1.673.114	1.168.008	1.387.285
Aplica�es interfinanceiras de liquidez	6	2.159.846	1.866.637	1.255.852	496.092	Depósitos � vista		1.973	4.346	2.483	6.079
Aplica�es no mercado aberto		1.220.280	481.000	1.220.280	481.000	Depósitos interfinanceiros		174.570	1.065.928	159.512	666.002
Aplica�es em depósitos interfinanceiros		921.753	1.380.625	17.426	15.092	Depósitos a prazo		986.161	602.839	1.006.012	715.202
Aplica�es em moedas estrangeiras		17.813	5.012	18.146	-	Outros depósitos		1	1	1	2
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.040.343	1.101.631	1.509.113	1.817.462	Capta�es no mercado aberto		-	-	131.652	453.597
Carteira própria		290.162	573.960	531.754	740.932	Carteira própria		-	-	131.652	453.597
Vinculados a opera�es compromissadas		-	-	131.811	392.210	Rela�es interfinanceiras		-	-	284	1.382
Vinculados � presta�o de garantias		590.324	418.693	685.691	575.342	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	-	17	9
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	159.857	108.978	159.857	108.978	Correspondentes		-	-	262	1.365
Rela�es interfinanceiras		51	168	5.362	6.608	Obriga�es junto a participantes do sistema de liquida�o		-	-	5	8
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	-	-	3	Rela�es interdependências		2.490	11.950	3.220	12.595
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		51	168	417	358	Recursos em trânsito de terceiros		2.490	11.950	3.220	12.595
Correspondentes		-	-	4.945	6.247	Obriga�es por empréstimos e repasses	19	1.823.478	668.201	2.069.593	970.572
Rela�es interdependências		-	-	5	111	Empréstimos no exterior		1.823.262	639.787	2.069.377	942.158
Transferências internas de recursos		-	-	5	111	Repasses do exterior		216	28.414	216	28.414
Opera�es de crédito		108.154	303.145	1.302.963	1.580.069	Instrumentos financeiros derivativos		157.521	164.337	157.521	164.337
Opera�es de crédito - setor privado	9.a	108.382	303.774	1.409.954	1.763.838	Instrumentos financeiros derivativos	7.d	157.521	164.337	157.521	164.337
Provisão para opera�es de crédito de liquida�o duvidosa	11	(228)	(629)	(106.991)	(183.769)	Outras obriga�es		1.268.961	644.370	1.396.835	744.678
Opera�es de arrendamento mercantil	10	-	-	7.476	2.550	Cobrança e arrecada�o de tributos e semelhantes		7.675	467	8.650	1.199
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		-	-	65.941	28.455	Carteira de câmbio	12	1.204.416	608.997	1.204.416	608.997
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		-	-	1.996	-	Fiscais e previdenciárias	13.b	10.969	13.523	36.651	41.187
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		-	-	(65.783)	(28.455)	Negocia�o e intermedia�o de valores	8	18.359	176	28.802	603
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		-	-	(1.955)	-	Diversas	13.c	27.542	21.207	118.316	92.692
Adiantamentos a fornecedores		-	-	7.444	2.550	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.388.713	1.122.230	2.920.473	2.088.814
Rendas a apropriar de taxa de compromisso de arrendamento		-	-	(76)	-	Depósitos	18	171.404	344.525	193.761	716.565
Provisão para opera�es de arrendamento mercantil de liquida�o duvidosa	11	-	-	(91)	-	Depósitos interfinanceiros		-	-	-	357.045
Outros créditos		1.375.852	730.702	1.406.980	777.130	Depósitos a prazo		171.404	344.525	193.761	359.520
Carteira de câmbio	12	1.344.305	721.877	1.344.305	721.877	Obriga�es por empréstimos e repasses	19	896.239	576.427	1.235.083	1.035.562
Rendas a receber		527	657	527	659	Empréstimos no exterior		862.931	576.427	1.201.775	1.035.562
Negocia�o e intermedia�o de valores	8	-	68	5.520	13.635	Repasses do exterior		33.308	-	33.308	-
Diversos	13.a	31.112	8.555	57.975	42.887	Instrumentos financeiros derivativos	7.d	81.486	108.335	81.486	108.335
Provisão para outros créditos de liquida�o duvidosa		(92)	(455)	(1.347)	(1.928)	Instrumentos financeiros derivativos		81.486	108.335	81.486	108.335
Outros valores e bens		30	34	39.106	16.258	Outras obriga�es		1.239.584	92.943	1.410.143	228.352
Outros valores e bens		-	-	435	3.046	Carteira de câmbio	12	1.155.310	19.757	1.155.310	19.757
Despesas antecipadas	14	30	34	38.671	13.212	Fiscais e previdenciárias	13.b	78.637	65.864	190.656	150.592
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.480.509	658.543	2.872.441	1.780.300	Diversas	13.c	5.637	7.322	64.177	58.003
Aplica�es interfinanceiras de liquidez	6	1.125.338	357.045	-	-	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		113	305	64.276	48.966
Aplica�es em depósitos interfinanceiros		1.125.338	357.045	-	-	Resultado de exercícios futuros		113	305	64.276	48.966
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	40.210	88.820	87.662	225.882	PARTICIPA�O DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	603	9.710
Carteira própria		-	-	41.070	56.482	Participa�o de acionistas minoritários		-	-	603	9.710
Vinculados a opera�es compromissadas		-	-	62.141	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.099.182	1.126.213	1.099.182	1.126.213
Vinculados � presta�o de garantias		-	-	6.382	18.439	Capital social		1.404.908	1.404.908	1.404.908	1.404.908
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	40.210	88.820	40.210	88.820	Reserva de reavalia�o		-	16	-	16
Opera�es de crédito		84.308	173.776	1.247.557	1.223.106	Ajustes de avalia�o patrimonial		2.700	24.466	2.700	24.466
Opera�es de crédito - setor privado	9.a	84.308	173.776	1.291.103	1.260.877	Preju�os acumulados		(308.426)	(303.177)	(308.426)	(303.177)
Provisão para opera�es de crédito de liquida�o duvidosa	11	-	-	(43.546)	(37.771)	TOTAL DO ATIVO		7.903.163	5.410.720	9.011.647	7.008.149
Opera�es de arrendamento mercantil	10	-	-	-	-	TOTAL DO PASSIVO		7.903.163	5.410.720	9.011.647	7.008.149
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		-	-	100.420	48.049						
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		-	-	4.800	-						
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		-	-	(100.420)	(48.049)						
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		-	-	(4.800)	-						
Outros créditos		1.230.653	38.902	1.501.382	309.094						
Carteira de câmbio	12	1.149.783	19.758	1.149.783	19.758						
Rendas a receber		-	7	-	7						
Diversos	13.a	80.870	19.137	351.600	290.003						
Provisão para outros créditos de liquida�o duvidosa	11	-	-	(1)	(674)						
Outros valores e bens		-	-	35.840	22.218						
Outros valores e bens		-	-	151	228						
Provisão para desvaloriza�o de outros valores e bens		-	-	(151)	(228)						
Despesas antecipadas	14	-	-	35.840	22.218						
PERMANENTE		708.935	714.520	580.687	492.182						
Investimentos		486.275	491.031	74	84						
Participa�es em controladas	16	486.238	490.984	-	-						
Outros investimentos		37	47	133	143						
Provisão para perdas		-	-	(59)	(59)						
Imobilizado de uso		2.753	3.113	22.411	22.907						
Imóveis de uso		-	-	207	207						
Reavalia�o de imóveis de uso		-	-	804	804						
Outras imobiliza�es de uso		7.632	7.131	52.428	48.316						
Deprecia�es acumuladas		(4.879)	(4.018)	(31.028)	(26.420)						
Imobilizado de arrendamento		-	-	186.846	76.328						
Bens arrendados		-	-	216.847	82.024						
Superveni�ncias de deprecia�es		-	-	9.398	4.610						
Deprecia�es acumuladas		-	-	(39.399)	(10.306)						
Diferido		-	-	5.231	7.452						
Gastos de organiza�o e expans�o		-	-	17.305	16.591						
Amortiza�o acumulada		-	-	(12.074)	(9.139)						
Intangível	17	219.907	220.376	366.125	385.411						
Ágio em controladas consolidadas		397.775	367.706	639.188	609.119						
Outros ativos intangíveis		-	-	9.207	6.997						
Provisão para ajuste ao valor recuperável		(119.861)	(119.861)	(119.861)	(119.861)						
Amortiza�o acumulada de ágio		(58.007)	(27.469)	(159.092)	(110.844)						
Amortiza�o acumulada de outros intangíveis		-	-	(3.317)	-						

continua

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Banco		Consolidado		
		2º semestre		Exercício		
		2010	2010	2009	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA						
Operações de crédito	(8.969)	264.836	(22.601)	991.939	491.511	
Operações de arrendamento mercantil	-	23.035	(100.204)	901.984	729.780	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	209.744	392.081	280.747	254.949	250.785	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.d.2	(145.827)	(150.280)	(203.144)	(219.952)	(501.351)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA						
Operações de captações no mercado	(80.841)	(165.107)	(140.396)	(200.856)	(228.501)	
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	(40.213)	(10.292)	
Operações de empréstimos e repasses	80.592	34.453	283.992	28.887	478.206	
Resultado de operações com câmbio	(6.501)	(29.093)	(16.124)	(29.151)	(16.252)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	921	764	(933)	(164.754)	(312.441)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA						
		49.119	105.853	103.938	585.852	402.231
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Receitas de prestação de serviços	(52.124)	(110.682)	(172.488)	(566.088)	(561.730)	
Rendas de tarifas bancárias	14.384	22.106	13.176	58.347	43.359	
Resultado de participações em controladas e coligada	16	(1.035)	(12.732)	(78.872)	-	-
Despesas de pessoal	(17.564)	(33.625)	(36.169)	(176.533)	(184.944)	
Outras despesas administrativas	24	(28.678)	(61.737)	(55.144)	(390.145)	(389.640)
Despesas tributárias	(1.524)	(3.093)	(3.228)	(49.303)	(54.449)	
Outras receitas operacionais	25	4.301	15.431	20.783	102.832	83.725
Outras despesas operacionais	26	(22.008)	(37.032)	(33.034)	(111.286)	(66.432)
RESULTADO OPERACIONAL	(3.005)	(4.829)	(68.550)	19.764	(159.499)	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(261)	(156)	1.366	1.570	5.893	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO	22	(3.266)	(4.985)	(67.184)	21.334	(153.606)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	13.096	372	(14.466)	(25.941)	60.787
Provisão para imposto de renda corrente	8.243	229	(8.903)	(8.507)	(21.478)	
Provisão para contribuição social corrente	4.853	143	(5.563)	(4.627)	(10.625)	
Ativo fiscal diferido	-	-	-	(12.807)	92.890	
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO DE CONTROLADAS	-	-	-	(6)	11.169	
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	9.830	(4.613)	(81.650)	(4.613)	(81.650)	
LUCRO/(PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	20,34	(9,55)	(168,99)			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem em 2010 e em 2009 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e suas controladas SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil (anteriormente Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil), Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda., Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., e suas respectivas controladas cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais (Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil) é de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre as entidades do Conglomerado. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; e d) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização das mesmas será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, serão divulgadas, no prazo legal, em site próprio na internet.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) **Auração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap", de futuros e são avaliados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do exercício. Certos contratos de "swap" foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado; e • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Também foi

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação		Prejuízos acumulados	Total
					patrimonial	Prejuízos acumulados		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008								
Aumento de capital		1.388.014	1.805	39	18.106	(221.541)		1.186.423
- AGE de 22/06/09	21.c	15.000	-	-	-	-	-	15.000
Aumento de capital								
- AGE de 21/07/09	21.c	1.894	(1.894)	-	-	-	-	-
Atualização de títulos patrimoniais		-	89	-	-	-	-	89
Reservas de reavaliação		-	-	(23)	-	-	14	(9)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	6.360	-	-	6.360
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(81.650)		(81.650)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009								
		<u>1.404.908</u>	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>24.466</u>	<u>(303.177)</u>		<u>1.126.213</u>
Reflexo de absorção de prejuízo com reserva em controlada	16	-	-	-	-	(674)		(674)
Reservas de reavaliação		-	-	(16)	-	38		22
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(21.766)	-		(21.766)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(4.613)		(4.613)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010								
		<u>1.404.908</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.700</u>	<u>(308.426)</u>		<u>1.099.182</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010								
		1.404.908	-	-	2.525	(317.597)		1.089.836
Reservas de reavaliação		-	-	-	-	15		15
Reflexo de absorção de prejuízo com reserva em controlada	16	-	-	-	-	(674)		(674)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	175	-		175
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	9.830		9.830
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010								
		<u>1.404.908</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.700</u>	<u>(308.426)</u>		<u>1.099.182</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Banco		Consolidado		
		2º semestre	2010	2009	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercício		9.830	(4.613)	(81.650)	(4.613)	(81.650)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		83.854	124.709	(62.158)	369.387	(49.439)
Depreciações e amortizações		425	864	844	43.816	14.408
Superveniência de depreciação		-	-	-	(4.788)	(4.579)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(921)	(764)	933	164.754	312.441
Constituição de provisão para contingências		7.417	11.749	11.940	53.786	27.418
Impostos diferidos		-	-	-	12.807	(92.890)
Provisão (reversão) para desvalorização de outros valores e bens		-	-	-	(77)	97
(Reversão) provisão para perdas em investimentos		-	-	-	-	(281)
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos		60.322	69.590	(182.216)	48.205	(360.950)
Amortização do ágio		15.576	30.538	27.469	91.683	88.412
Reversão da provisão do ágio		-	-	-	(40.799)	(37.515)
Resultado de participação em controladas		1.035	12.732	78.872	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado		<u>93.684</u>	<u>120.096</u>	<u>(143.808)</u>	<u>364.774</u>	<u>(131.089)</u>
Variação de ativos e obrigações		<u>711.886</u>	<u>116.741</u>	<u>980.417</u>	<u>548.533</u>	<u>661.665</u>
Aumento redução em operações de arrendamento mercantil		-	-	-	(5.017)	(2.550)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		45.767	(857.969)	(557.374)	(17.796)	485.240
Aumento em relações interdependências e interfinanceiras		(4.402)	(9.343)	(15.545)	(9.122)	(17.573)
(Aumento) redução em operações de crédito		320.467	314.732	75.721	116.610	(464.115)
(Aumento) redução em outros créditos		1.126.951	(1.836.538)	(317.563)	(1.834.991)	(335.678)
(Aumento) redução em outros valores e bens		(15)	4	(17)	(36.393)	(8.916)
(Aumento) redução em depósitos		(579.697)	(683.530)	1.498.711	(742.081)	311.718
Aumento (redução) no mercado aberto		-	-	-	(321.945)	447.096
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		1.092.214	1.375.627	57.034	1.220.465	(142.107)
Aumento (redução) em outras obrigações		(1.171.885)	1.759.483	387.603	1.781.464	367.770
Aumento (redução) em Instrumentos financeiros derivativos		(95.435)	(35.934)	114.581	(35.934)	114.581
Participação de acionistas minoritários		-	-	-	(9.107)	(8.021)
Aumento (redução) em títulos e valores mobiliários (Redução) aumento em resultados de exercícios futuros		(184)	(192)	(260)	15.308	15.049
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais		<u>805.570</u>	<u>236.837</u>	<u>836.609</u>	<u>913.307</u>	<u>530.576</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aquisição de investimentos		-	(8.632)	(15.000)	-	(3)
Alienação de investimentos		-	10	583	10	2.223
Aquisição de bens não de uso		-	-	-	-	(149)
Alienação de bens não de uso		-	-	-	-	140
Alienação de imobilizado de uso		1	5	243	5.877	4.614
Aquisição de imobilizado de uso		(242)	(509)	(1.148)	(12.585)	(11.146)
Aquisição de imobilizado de arrendamento		-	-	-	(140.735)	(80.733)
Aplicações no diferido		-	-	-	(808)	(275)
Aplicações no intangível		-	(30.069)	-	(30.176)	-
Alienação no intangível		-	-	-	-	3.670
Outros		(6)	(6)	-	(652)	-
Caixa líquido investido nas atividades de investimento		(247)	(39.201)	(15.322)	(179.069)	(81.659)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Aumento de capital		-	-	15.000	-	15.000
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		-	-	15.000	-	15.000
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO						
		805.323	197.636	836.287	734.238	463.917
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO						
	5	462.213	1.069.900	233.613	520.387	56.470
CAIXA E EQUIVALENTE S DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO						
	5	<u>1.267.536</u>	<u>1.267.536</u>	<u>1.069.900</u>	<u>1.254.625</u>	<u>520.387</u>

constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações". **f) Arrendamento mercantil** - Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O Saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados. **g) Valores residuais garantidos** - Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Superveniência ou insuficiência de depreciação** - Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **i) Carteira de câmbio** - As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

variações cambiais, em bases "pró-rata" dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. j) **Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)** - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **k) Investimentos** - As participações em controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip - Câmara de Liquidação e Custódia em Sociedade Anônima, foram registradas ao valor de custo, e o título patrimonial anteriormente possuído ajustado pelo valor patrimonial informado pela própria entidade e contabilizado na conta de "Reservas de capital" no patrimônio líquido; e • Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **l) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas. **m) Depreciações** - • Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e • Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil. **n) Diferido** - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. **o) Intangível** - No Banco, está representado pelo ágio pago na aquisição das controladas Banco Pecúnia S.A. e Banco Cacicque S.A., líquido de provisão para ajuste ao valor recuperável, a fim de remanescer o montante do benefício fiscal a ser por este auferido. No Consolidado, inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares, e os ágios oriundos de incorporações reversas que estão sendo amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos. **p) Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **q) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **s) Contingências** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **t) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **u) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **v) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS - O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Consolidado, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Consolidado. I. Risco de crédito - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Consolidado é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. II. Risco de mercado - A área de Risco de Mercado é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Consolidado com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Consolidado, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga essas informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. III. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. IV. Risco operacional - Conforme a Resolução BACEN 3.380, de 29 de junho de 2006, o Consolidado identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada no mínimo anualmente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no § 1º do art. 1º da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA PARA O FLUXO DE CAIXA INDIRETO

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Disponibilidades	29.443	35.340	31.662	39.387
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.238.093	1.034.560	1.222.963	481.000
Total	1.267.536	1.069.900	1.254.625	520.387

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUEZ

Em 31 de dezembro de 2010:

	Banco			
	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	177.813	743.940	1.125.338	2.047.091
Aplicações no mercado aberto	1.220.280	-	-	1.220.280
Aplicações em moedas estrangeiras	17.813	-	-	17.813
Total	1.415.906	743.940	1.125.338	3.285.184

	Consolidado		
	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	14.739	2.687	17.426
Aplicações no mercado aberto	1.220.280	-	1.220.280
Aplicações em moedas estrangeiras	18.146	-	18.146
Total	1.253.165	2.687	1.255.852

Em 31 de dezembro de 2009:

	Banco				
	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	744.212	636.413	190.034	167.011	1.737.670
Aplicações no mercado aberto	481.000	-	-	-	481.000
Aplicações em moedas estrangeiras	5.012	-	-	-	5.012
Total	1.230.224	636.413	190.034	167.011	2.223.682

	Consolidado	
	A vencer até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.906	17.426
Aplicações no mercado aberto	481.000	1.220.280
Aplicações em moedas estrangeiras	5.186	18.146
Total	496.092	1.255.852

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 por categoria:

	Banco			
	2010		2009	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	290.094	290.162	573.919	573.960
Títulos para negociação:	287.739	287.807	378.755	378.771
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.889	2.889
Letras do Tesouro Nacional - LTN	273.828	273.860	334.548	334.558
Notas do Tesouro Nacional - NTN	13.911	13.947	41.318	41.324
Títulos disponíveis para venda:	2.355	2.355	195.164	195.189
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	150.126	150.151
Ações de Companhias Abertas - BM&FBOVESPA	-	-	32.371	32.371
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.355	2.355	12.667	12.667
Vinculados à prestação de garantias:	590.316	590.324	416.115	418.693
Títulos para negociação:	590.316	590.324	303.062	303.072
Letras do Tesouro Nacional - LTN	590.316	590.324	255.845	255.870
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	47.217	47.202
Títulos disponíveis para venda:	-	-	113.053	115.621
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	113.053	115.621
Total	880.410	880.486	990.034	992.653

	Consolidado			
	2010		2009	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	573.771	572.824	797.736	797.414
Títulos para negociação:	530.330	529.399	539.605	539.277
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	224.830	224.760	157.262	157.191
Letras do Tesouro Nacional - LTN	291.589	290.692	341.025	340.762
Notas do Tesouro Nacional - NTN	13.911	13.947	41.318	41.324
Títulos disponíveis para venda:	43.441	43.425	258.131	258.137
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	41.086	41.070	62.967	62.948
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	150.126	150.151
Ações de Companhias Abertas - BM&F BOVESPA	-	-	32.371	32.371
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.355	2.355	12.667	12.667
Vinculados a operações compromissadas:	131.860	131.811	454.488	454.351
Títulos para negociação:	131.860	131.811	392.329	392.210
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	131.860	131.811	392.329	392.210
Títulos disponíveis para venda:	-	-	62.159	62.141
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	62.159	62.141
Vinculados à prestação de garantias:	693.393	692.073	591.785	593.781
Títulos para negociação:	687.008	685.691	439.476	438.910
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.105	72.079	124.169	124.109
Letras do Tesouro Nacional - LTN	614.903	613.612	268.090	267.599
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	47.217	47.202
Títulos disponíveis para venda:	6.385	6.382	152.309	154.871
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	113.053	115.621
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.385	6.382	18.539	18.533
Certificado de Depósito Bancário	-	-	20.717	20.717
Total	1.399.024	1.396.708	1.844.009	1.845.546

O valor de mercado dos títulos públicos e privados e ações de companhias abertas foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e pelas cotações divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelos administradores dos fundos. As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLIC. Os CDBs e os títulos públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic, respectivamente. As cotas de fundos de investimento estão custodiadas nos respectivos administradores dos fundos.

b) Composição por prazo de vencimento

	Banco					
	2010		2009		Total	
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Total
Sem vencimento	-	2.355	2.355	-	45.038	45.038
A vencer até 3 meses	878.131	-	878.131	681.843	150.151	831.994
A vencer entre 3 e 12 meses	-	-	-	-	115.621	115.621
Total	878.131	2.355	880.486	681.843	310.810	992.653

	Consolidado					
	2010		2009		Total	
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Total
Sem vencimento	-	2.355	2.355	-	45.038	45.038
A vencer até 3 meses	878.295	-	878.295	736.656	177.428	914.084
A vencer entre 3 e 12 meses	-	-	-	633.741	115.621	749.362
A vencer entre 1 e 3 anos	428.650	-	428.650	-	-	-
A vencer entre 5 e 15 anos	39.956	-	39.956	-	-	-
Acima de 15 anos	-	47.452	47.452	-	137.062	137.062
Total	1.346.901	49.807	1.396.708	1.370.397	475.149	1.845.546

Os títulos e valores mobiliários classificados como "para negociação" estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Composição por emissor

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Títulos para negociação	878.131	681.843	1.346.901	1.370.397
Públicos	878.131	681.843	1.346.901	1.370.397
Governo Federal	878.131	681.843	1.346.901	1.370.397
Títulos disponíveis para venda	2.355	310.810	49.807	475.149
Públicos	-	265.772	47.452	409.394
Governo Federal	-	265.772	47.452	409.394
Privado	2.355	45.038	2.355	65.755
BM&FBOVESPA S.A.	-	32.371	-	32.371
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.355	12.667	2.355	12.667
Instituições financeiras	-	-	-	20.717
Total	880.486	992.653	1.396.708	1.845.546

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA). Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

d.1) "Swap"

Em 31 de dezembro de 2010

	Banco e Consolidado				
	Valor de referência		Valor de referência		
	Operações registradas na BM&FBOVESPA	Operações registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
Indexador					
CDI x dólar	144.856	304.930	449.786	13.725	14.724
CDI x dólar (NDF)	52.950	136.685	189.635	45.217	45.573
CDI x euro	-	109.350	109.350	5.505	4.733
CDI x Libor (Fluxo de caixa)	-	7.833	7.833	304	472
Dólar x CDI	124.483	-	124.483	(62.083)	(58.061)
Dólar x Dólar (NDF)	-	96.323	96.323	32.808	3.561
Dólar x euro (NDF)	-	1.122.022	1.122.022	4.912	(1.909)
Dólar x IGP-M (NDF)	43.882	-	43.882	(35.024)	(35.111)
Dólar x pré (NDF)	-	978.768	978.768	(101.662)	(97.721)
Euro x euro (NDF)	-	410.612	410.612	(161.929)	(2.309)
IGP-M x dólar (NDF)	-	43.882	43.882	38.449	39.101
Libor x dólar (Fluxo de caixa)	-	7.833	7.833	(112)	(366)
Pré x CDI	-	6.996	6.996	629	769
Pré x franco (NDF)	-	5.431	5.431	107	(6)
Pré x yen (NDF)	-	478	478	16	7
Pré x dólar	-	55.602	55.602	8.828	8.776
Pré x dólar (NDF)	-	1.177.195	1.177.195	1.027	(4.012)
Pré x euro (NDF)	-	403.191	403.191	(109.154)	5.612
CDI x dólar (*)	-	34.449	34.449	19.504	19.057
Pré x dólar (*)	-</				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

bem. O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados ao valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro

	2010	2009
Arrendamentos a receber - setor privado	138.452	56.213
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(138.344)	(56.213)
Arrendamentos a receber - setor público	31.522	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(31.431)	-
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	171.648	53.313
Superveniência de depreciação	9.398	4.610
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c)	(18.796)	(7.495)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>162.449</u>	<u>50.428</u>

Arrendamento operacional

	2010	2009
Arrendamentos a receber - setor privado	3.183	20.291
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(3.183)	(20.291)
Total	-	-

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	1.084	19.026	223.468	226.661
Constituição/(reversão)	(764)	933	164.754	312.441
Baixas	-	(18.875)	(236.246)	(315.634)
Saldo final	<u>320</u>	<u>1.084</u>	<u>151.976</u>	<u>223.468</u>

No Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 45.403 (R\$ 25.834 em 2009).

12 CARTEIRA DE CÂMBIO

	Banco e Consolidado	
	2010	2009
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	1.285.016	384.023
Direitos sobre venda de câmbio	1.209.895	356.002
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(1.071)	(343)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	248	1.953
Total	<u>2.494.088</u>	<u>741.635</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	1.173.701	342.665
Obrigações por compra de câmbio	1.322.706	408.087
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(136.681)	(121.998)
Total	<u>2.359.726</u>	<u>628.754</u>

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Adiantamentos e antecipações salariais	510	508	2.503	2.056
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	-	303	416
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 22 b)	-	-	236.672	250.789
Devedores por depósitos em garantia (*)	80.863	17.599	106.964	37.783
Impostos e contribuições a compensar	15.537	3.779	38.294	24.384
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a)	-	-	1.778	1.709
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23)	30	43	2	1
Devedores diversos no país	-	-	971	-
Devedores diversos no exterior (**)	14.549	5.451	14.549	5.451
Outros	493	312	7.539	10.301
Total	<u>111.982</u>	<u>27.692</u>	<u>409.575</u>	<u>332.890</u>
Curto prazo	31.112	8.555	57.975	42.887
Longo prazo	80.870	19.137	351.600	290.003
Total	<u>111.982</u>	<u>27.692</u>	<u>409.575</u>	<u>332.890</u>

(*) Refere-se, basicamente, a discussões decorrentes de imposto de renda sobre operações de "Box quatro pontas" totalizando R\$ 33.753 em 31 de dezembro de 2010, efetuado em 29 de abril de 2010, pedido de restituição e compensação de IRRF com créditos de IRPJ, Contribuição Provisória de Movimentação Financeira - CPMF e à ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (Lei nº 9.718/98), para o qual foi efetuado depósito judicial no montante de R\$ 30.958, em 23 de agosto de 2010. Vide nota explicativa nº 15 iii. (**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 23).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Provisão para impostos e contribuições a pagar	-	-	14.806	15.013
Impostos e contribuições a recolher	9.161	1.674	19.528	7.207
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22 d)	1.808	11.849	10.721	26.810
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 i)	78.637	65.864	182.252	135.631
Outros	-	-	-	7.118
Total	<u>89.606</u>	<u>79.387</u>	<u>227.307</u>	<u>191.779</u>
Curto prazo	10.969	13.523	36.651	41.187
Longo prazo	78.637	65.864	190.656	150.592
Total	<u>89.606</u>	<u>79.387</u>	<u>227.307</u>	<u>191.779</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Cheques administrativos	-	-	734	500
Obrigação por aquisição de bens e direitos	-	-	183	428
Provisão para contingências trabalhistas (a) (nota explicativa nº 15 i)	5.367	6.379	19.330	16.003
Provisão para passivos contingentes cíveis (nota explicativa nº 15 i)	80	942	15.087	12.979
Provisão com despesas de pessoal	15.654	12.344	28.648	21.074
Provisão para despesas de publicação	214	253	245	334
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	-	-	33.161	24.495
Provisão para pagamentos a fornecedores	344	-	9.747	-
Provisão para créditos cedidos com coobrigação (nota explicativa nº 28 b)	-	-	655	55
Provisão para contingências com perdas com cheques devolvidos	-	-	-	197
Provisão para pagamento de lojistas	-	-	1.533	1.888
Provisão para devolução de encargos recebidos em liquidação antecipada de contratos	-	-	1.549	1.550
Recebimentos a processar (c)	-	-	31.436	26.771
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	-	-	18.796	7.495
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23)	10.770	6.931	17.845	28.399
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 23) (d)	43	306	43	6.364
Outras	707	1.374	3.501	2.163
Total	<u>33.179</u>	<u>28.529</u>	<u>182.493</u>	<u>150.695</u>
Curto prazo	27.542	21.207	118.316	92.692
Longo prazo	5.637	7.322	64.177	58.003
Total	<u>33.179</u>	<u>28.529</u>	<u>182.493</u>	<u>150.695</u>

(a) No Consolidado, refere-se, principalmente, a valor a pagar aos antigos acionistas pela aquisição das ações do Banco Pecúnia S.A. (pela Galo S.A., incorporada em 1º de maio de 2008) a ser liquidado em cinco parcelas iguais, a cada aniversário da assinatura do contrato de compra, datado de 29 de março de 2007, no montante de R\$ 14.111 (R\$ 21.499 em 2009), acrescido da variação do CDI, diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores na compra de bens objeto de arrendamento mercantil no montante de R\$ 5.106 e pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil no montante de R\$ 6.579.

(b) No Consolidado, refere-se, principalmente a valores a serem repassados aos cessionários, relativo a créditos cedidos cujo recebimento é efetuado pela controlada Banco Cacique S.A. O ajuste financeiro referente a diferença entre os valores recebidos e os valores a serem repassados aos cessionários é apropriado por competência na rubrica "Receitas de operações de crédito".

(c) Refere-se a serviços prestados pelo Société Générale Corporate & Investment Bank - Paris (nota explicativa nº 23).

14. DESPESAS ANTECIPADAS

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Seguros	30	34	34	35
Fianças	-	-	38	-
Vale transporte	-	-	33	27
Aluguéis	-	-	55	-
Despesas com encargos contratuais	-	-	1.100	1.500
Comissões (*)	-	-	72.872	33.776
Outras	-	-	379	92
Total	<u>30</u>	<u>34</u>	<u>74.511</u>	<u>35.430</u>
Curto prazo	30	34	38.671	13.212
Longo prazo	-	-	35.840	22.218
Total	<u>30</u>	<u>34</u>	<u>74.511</u>	<u>35.430</u>

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente pela análise de crédito e contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos contratos em carteira.

15. PASSIVOS CONTINGENTES - O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos das provisões constituídas

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Contingências fiscais (nota explicativa nº 13 b)	78.637	65.864	182.252	135.631
Contingências trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	5.367	6.379	19.330	16.003
Contingências cíveis (nota explicativa nº 13 c)	80	942	15.087	12.979
Total	<u>84.084</u>	<u>73.185</u>	<u>216.669</u>	<u>164.613</u>

ii. Movimentação das provisões passivas

Em 31 de dezembro de 2010

	Banco				Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	65.864	6.379	942	73.185	135.631	16.003	12.979	164.613
Constituição (*)	9.959	-	926	10.885	43.168	6.077	4.242	53.487
Baixas	-	-	(850)	(850)	(45)	(833)	(852)	(1.730)
Reversão (**)	(538)	(1.241)	(955)	(2.734)	(3.575)	(2.146)	(1.299)	(7.020)
Atualização (*)	3.352	229	17	3.598	7.073	229	17	7.319
Saldo final	<u>78.637</u>	<u>5.367</u>	<u>80</u>	<u>84.084</u>	<u>182.252</u>	<u>19.330</u>	<u>15.087</u>	<u>216.669</u>

Em 31 de dezembro de 2009

	Banco				Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	55.272	5.973	-	61.245	116.226	12.332	9.243	137.801
Constituição (*)	7.751	-	913	8.664	13.080	4.270	3.796	21.146
Baixas	-	-	-	-	-	(606)	-	(606)
Reversão (**)	-	(103)	(103)	(207)	(445)	(89)	(741)	(1.275)
Atualização (*)	2.841	509	29	3.379	6.475	509	29	7.013
Reclassificação	-	-	-	-	57	(57)	-	-
Saldo final	<u>65.864</u>	<u>6.379</u>	<u>942</u>	<u>73.185</u>	<u>135.631</u>	<u>16.003</u>	<u>12.979</u>	<u>164.613</u>

(*) Nota explicativa nº 26. (**) Nota explicativa nº 25.

iii. Detalhamento das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de dezembro de 2010

	Banco					
	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a) ..	78.637	78.637	4.714	4.714	80	80
Perdas possíveis (b) ..	339.456	-	444	283	7.907	-
Perdas remotas	54.636	-	1.878	370	7.020	-
Total	<u>472.729</u>	<u>78.637</u>	<u>7.036</u>	<u>5.367</u>	<u>15.007</u>	<u>80</u>

Consolidado

	Consolidado					
	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a) ..	161.071	161.071	13.732	13.732	15.087	15.087
Perdas possíveis (b) ..	401.653	21.181	41.598	5.228	93.876	-
Perdas remotas	85.364	-	58.136	370	19.894	-
Total	<u>648.088</u>	<u>182.252</u>	<u>113.466</u>	<u>19.330</u>	<u>128.857</u>	<u>15.087</u>

Em 31 de dezembro de 2009

	Banco					
	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a) ..	65.864	65.864	5.512	5.512	942	942
Perdas possíveis (b) ..	67.739	-	590	497	-	-
Perdas remotas	49.882	-	370	370	-	-
Total	<u>183.485</u>	<u>65.864</u>	<u>6.472</u>	<u>6.379</u>	<u>942</u>	<u>942</u>

Consolidado

	Consolidado					
	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a) ..	135.631	135.631	12.586	12.586	12.979	12.979
Perdas possíveis (b) ..	131.765	-	4.524	3.047	40.182	-
Perdas remotas	58.548	-	10.262	370	3.280	-
Total	<u>325.944</u>	<u>135.631</u>	<u>27.372</u>	<u>16.003</u>	<u>56.441</u>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS – BANCO

	Banco Cacique S.A.		Banco Pecúnia S.A.		SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil (d)		Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda.		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Informações das controladas:												
Capital social	339.767	419.767	200.342	120.342	23.398	23.398	15.415	15.415	231	231		
Quantidade de ações/cotas - em milhares:												
Ordinárias	100.310	123.922	10.136	1.924	426.274	426.274	7.956	7.956	-	-		
Preferenciais	-	-	-	-	426.274	426.274	7.956	7.956	-	-		
Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	300	300		
Participações - %	100,00	100,00	100,00	70,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1,00	1,00		
Patrimônio líquido	356.778	425.749	81.654	30.373	26.071	23.161	21.729	20.806	613	604		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	11.029	(54.168)	(28.074)	(37.309)	2.910	(70)	923	1.482	-	24		
Movimentação dos investimentos:												
Saldos em 31 de dezembro	425.749	479.915	21.262	47.543	23.161	8.231	20.806	19.283	6	6	490.984	554.978
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	15	(158)	-	-	-	-	-	-	15	(158)
Absorção de prejuízo com reserva (a)	-	-	(674)	-	-	-	-	-	-	-	(674)	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	13	(7)	-	-	-	-	-	-	13	(7)
Resultado de equivalência patrimonial	11.029	(54.168)	(27.594)	(26.116)	2.910	(70)	923	1.482	-	-	(12.732)	(78.872)
Atualização de títulos patrimoniais de controladas	-	2	-	-	-	-	-	41	-	-	-	43
Aumento/(Redução) de capital (b)	(80.000)	-	80.000	-	-	15.000	-	-	-	-	-	15.000
Aquisição de investimento (c)	-	-	8.632	-	-	-	-	-	-	-	8.632	-
Saldos em 31 de dezembro	<u>356.778</u>	<u>425.749</u>	<u>81.654</u>	<u>21.262</u>	<u>26.071</u>	<u>23.161</u>	<u>21.729</u>	<u>20.806</u>	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>486.238</u>	<u>490.984</u>

(a) Refere-se a baixa de incentivos fiscais – FINOR, do ano base 2001 e 2004, devido ao indeferimento do incentivo. (b) Em 19 de abril de 2010, o Banco Cacique S.A. reduziu seu capital social em R\$ 80.000 para aumentar o capital do Banco Pecúnia S.A., e mantê-lo em conformidade com as exigências do BACEN. A referida redução de capital foi homologada pelo BACEN em 24 de junho de 2010. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado, após a redução, totalizava o montante de R\$ 339.767, representado por 100.310 ações ordinárias, sem valor nominal. O Banco Pecúnia S.A. aumentou seu capital social em R\$ 80.000 através de dois aumentos consecutivos de R\$ 40.000 cada, homologados pelo BACEN em 2 de junho e em 16 de julho de 2010, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado, após o aumento, totalizava o montante de R\$ 200.342, representado por 10.136 ações ordinárias, sem valor nominal. (c) Em 10 de fevereiro de 2010, o Banco adquiriu 30% da participação do Banco Pecúnia S.A., pertencente anteriormente ao sócio minoritário Tecnicredito SGPS S.A. (Portugal) pelo valor de R\$ 38.700, sendo R\$ 30.069 de ágio, registrado na rubrica "Intangível" (nota explicativa nº 17). (d) Nova denominação social da Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, de acordo com AGO/E datada de 15 de abril de 2010.

17. INTANGÍVEL

	Banco	
	2010	2009
Ágio por expectativa de resultados futuros	397.775	367.706
Banco Cacique S.A. (a)	350.331	350.331
Banco Pecúnia S.A. (b)	17.375	17.375
Banco Pecúnia S.A. (c) (nota explicativa nº 16 c)	30.069	-
Amortização acumulada	(58.007)	(27.469)
Provisão para ajuste ao valor recuperável (c)	(119.861)	(119.861)
Total	<u>219.907</u>	<u>220.376</u>
Consolidado		
	2010	2009
Ágio apurado na controlada Trancoso Participações Ltda., relativo à aquisição de suas controladas (incluindo o Banco Cacique S.A.) (a)	570.564	570.564
Ágio apurado na controlada Galo S.A., relativo à aquisição do Banco Pecúnia S.A. (b)	38.555	38.555
Ágio por expectativa de resultados – Banco Pecúnia S.A.	30.069	-
Outros ativos intangíveis	9.207	6.997
Amortização acumulada	(159.092)	(108.137)
Provisão para ajuste ao valor recuperável (c)	(119.861)	(119.861)
Amortização de outros ativos intangíveis	(3.317)	(2.707)
Total	<u>366.125</u>	<u>385.411</u>

(a) O ágio original, no valor de R\$ 570.564, refere-se principalmente à aquisição da Cacipar Comércio e Participações Ltda., controladora do Banco Cacique S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2007. O referido ágio foi suportado com base em avaliação econômico-financeira conduzida por empresa independente contratada especialmente para esta finalidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e complementada por atualização efetuada pela Administração daquela controlada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Para este estudo, foi adotada a metodologia do fluxo de dividendos descontados (nota explicativa nº 3.o). Em decorrência do processo de incorporação reversa, o saldo do ágio anteriormente registrado na empresa Trancoso Participações Ltda. (antiga controladora da Cacipar Comércio e Participações Ltda., por sua vez controladora do Banco Cacique S.A., que foram incorporadas pelo Banco Cacique S.A. no processo de incorporação reversa), no montante de R\$ 570.564, teve seu valor reduzido por provisão, no montante de R\$ 350.331, conforme as normas do BACEN, antes do processo de incorporação. O ágio líquido de provisão e amortização, após o processo de incorporação, registrado na sociedade controlada Banco Cacique S.A., no montante de R\$ 133.468 (R\$ 152.535 em 2009), correspondendo ao benefício fiscal a ser auferido. (b) Em decorrência do processo de incorporação reversa, o saldo do ágio anteriormente registrado na empresa Galo S.A. (antiga controladora do Banco Pecúnia S.A., incorporada pelo Banco Pecúnia S.A. no processo de incorporação reversa), no montante de R\$ 38.555, teve seu valor reduzido por provisão, no montante de R\$ 17.375, conforme normas do BACEN, antes do processo de incorporação, sendo o seu efeito no Banco, registrado primeiramente em conta de resultado, na rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas", posteriormente estornada e reclassificada para rubrica "Intangível". O ágio líquido de provisão e da amortização, após o processo de incorporação, foi registrado na sociedade controlada Banco Pecúnia S.A., no montante de R\$ 9.732 (R\$ 11.011 em 2009), correspondendo ao benefício fiscal a ser auferido. (c) A provisão para ajuste ao valor recuperável foi constituída de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, pelo qual a entidade deve efetuar testes que garantam que cada ativo não esteja mensurado por um montante acima de seu valor recuperável. Os testes devem ser realizados sempre que houver um indicio (indicadores internos e externos) de que o valor recuperável tenha sofrido redução significativa. A Administração, através de estudo técnico, apurou que o valor provável de recuperação do ativo objeto de ágio, ou seja, da participação societária no Banco Cacique S.A., é menor que o respectivo valor contábil e, em 31 de dezembro de 2008, constituiu provisão para perdas, no montante de R\$ 119.861. Em 31 de dezembro de 2010, o valor provável de recuperação do ativo é maior que o valor contábil, não havendo a necessidade de constituição adicional de provisão para perdas.

18. DEPÓSITOS

	Banco	
	2010	2009
Depósitos à vista	1.973	4.346
Depósitos a prazo	-	-
Depósitos interfinanceiros	411.553	15.058
Outros	159.512	463.176
Total	<u>1.973</u>	<u>4.346</u>
Sem vencimento	1.973	4.346
Ate 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	403.313	411.553
De 1 a 3 anos	582.848	191.286
Total	<u>1.157.565</u>	<u>947.364</u>

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias

	Banco		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Alíquota vigente	(4.985)	(67.184)	(4.985)	(67.184)	21.334	(153.606)	21.334	(153.606)
Crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	1.246	16.796	748	10.078	(5.704)	38.402	(9.967)	23.041
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:								
-Resultado de participações em coligada e controladas	(3.183)	(19.718)	(1.910)	(11.831)	-	-	-	-
-Amortização de ágio não dedutível	(6.867)	(6.866)	(4.120)	(4.120)	3.333	(6.866)	2.000	(4.120)
-Provisão para despesas com a Matriz	(2.624)	-	(1.575)	-	(7.952)	(5.089)	(4.772)	(3.054)
-Despesas com fraudes	-	-	-	-	(135)	(499)	(81)	(299)
-Incentivo fiscal	(170)	157	(102)	(112)	(176)	174	(109)	(116)
-Juros indedutíveis MP 472	(262)	-	(157)	-	(262)	-	(157)	-
-Descontos concedidos	-	-	-	-	(1.056)	(1.156)	(633)	(694)
-Reversão de provisão de ágio	-	-	-	-	-	9.378	-	5.627
-Dividendos recebidos	-	106	-	64	-	110	-	66
-Outras despesas não dedutíveis	(738)	(601)	(443)	(376)	(2.758)	(723)	(1.533)	2.405
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de períodos anteriores:								
-Diferenças temporárias	(2.725)	(2.750)	(1.635)	(1.650)	(2.954)	(2.789)	(1.726)	(1.674)
-Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	56.916	-	34.150	-	56.879	-	34.127	-
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(767)	-	(460)	-	(767)	-	(460)	-
-Perda de crédito Art. 340 RIR	4.682	-	2.809	-	4.682	-	2.809	-
-Provisão para créditos de liquidação duvidosa	191	-	113	-	191	-	113	-
-Provisão de bônus	(679)	-	(407)	-	(756)	-	(453)	-
-Provisão de PLR	(16)	-	(10)	-	(970)	-	(353)	-
-Prejuízos fiscais	(45.105)	3.973	(27.063)	2.384	(46.220)	5.509	(27.548)	3.235
-Outras diferenças temporárias	330	-	205	-	229	-	144	-
c) Crédito tributário não contabilizado de imposto de renda e contribuição social								
-Diferenças temporárias:								
-Outras	-	-	-	-	(8.406)	(51)	(5.044)	(30)
d) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, cujos créditos tributários foram constituídos no exercício:								
-Diferenças temporárias:								
-Outras	-	-	-	-	32	-	18	-
Imposto de Renda, Contribuição Social e crédito tributário constituído no exercício	<u>229</u>	<u>(8.903)</u>	<u>143</u>	<u>(5.563)</u>	<u>(17.487)</u>	<u>36.400</u>	<u>(8.454)</u>	<u>24.387</u>

(*) A alíquota da CSLL das empresas não financeiras é de 9%

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Outros		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Sem vencimento	2.483	6.079	-	-	-	-	1	2	2.484	6.081
Ate 3 meses	-	-	416.863	427.908	-	-	-	-	416.863	427.908
De 3 meses a 1 ano	-	-	589.149	287.294	159.512	299.235	-	-	748.661	586.529
De 1 a 3 anos	-	-	193.761	359.429	-	190.034	-	-	193.761	549.463
Acima de 3 anos	-	-	-	91	-	167.011	-	-	-	167.102
Total	<u>2.483</u>	<u>6.079</u>	<u>1.199.773</u>	<u>1.074.722</u>	<u>159.512</u>	<u>1.023.047</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>1.361.769</u>	<u>2.103.850</u>

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Empréstimos:				
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	228.916	162.622	228.916	162.622
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	1.543.809	495.418	1.543.809	495.418
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	913.468	558.174	1.466.267	1.287.652
Empréstimos em moeda nacional (d)	-	-	32.160	32.028
Subtotal	<u>2.686.193</u>	<u>1.216.214</u>	<u>3.271.152</u>	<u>1.977.720</u>
Repasse do exterior:				
Obrigações por repasses no exterior (e)	33.524	28.414	33.524	28.414
Total	<u>2.719.717</u>	<u>1.244.628</u>	<u>3.304.676</u>	<u>2.006.134</u>
Curto prazo	1.823.478	668.201	2.069.593	970.572
Longo prazo	896.239	576.427	1.235.083	1.035.562
Total	<u>2.719.717</u>	<u>1.244.628</u>	<u>3.304.676</u>	<u>2.006.134</u>

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com vencimentos até 2011 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,39% ao ano (2,20% ao ano em 2009).

(b) São representadas por repasses em moeda estrangeira com vencimentos em 2013, sujeito a variação cambial e juros de até 6,67% ao ano (7,18% ao ano em 2009). (c) Refere-se principalmente a empréstimos com vencimentos em 2015, sujeito a variação cambial e juros de até 6,67% ao ano (6,67% ao ano em 2009). Para esses empréstimos, foram feitos "hedges" fluxo de caixa e risco de mercado com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI" e, em decorrência destes "hedges", houve marcação a mercado negativa dos empréstimos, no montante de R\$ 914 (R\$ 1.465 em 2009), no Banco e negativa de R\$ 10.143 (R\$ 33.953 em 2009) no Consolidado. (d) Refere-se a empréstimo obtido no País, no valor original de R\$ 31.400, com vencimento em 2014, sujeito à variação do CDI. (e) Referem-se a repasses de empréstimos obtidos no exterior com a Matriz do Banco, com vencimento até 2012, sujeitos à variação cambial e a juros de até 1,65% ao ano (5,16% em 2009).

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Comissão de fianças	4	18	4	18
Comissão de empréstimos (*)	-	82	64.161	48.743
Comissão de operação em moeda estrangeira	109	205	109	205
Total	<u>113</u>	<u>305</u>	<u>64.274</u>	<u>48.966</u>

(*) Refere-se a rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

21. CAPITAL SOCIAL - a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o capital social estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2010	2009
Ações ordinárias	241.588	241.588
Ações preferenciais	241.588	241.588
Total	<u>483.176</u>	<u>483.176</u>

b) Dividendos - Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. **c) Aumento de capital** - Conforme a Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2009, o capital social foi aumentado de R\$ 1.388.014 para R\$ 1.403.014 mediante a emissão de novas ações, sendo 2.583 ações ordinárias com direito a voto e 2.583 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento do capital foi homologado pelo BACEN em 29 de junho de 2009. Conforme Assembléia Geral Ordinária, realizada em 21 de julho de 2009, o capital social do Banco foi aumentado de R\$ 1.403.014 para R\$ 1.404.908, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva de capital. O aumento do capital foi homologado pelo BACEN em 15 de setembro de 2009.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações no exercício findos em 31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O Banco possui prejuízos fiscais em 2010 de R\$ 190.770 e R\$ 9.940 em 2009 (no Consolidado, R\$ 226.207 em 2010 e R\$ 46.299 em 2009) e diferenças temporárias não dedutíveis credoras de R\$ 128.188 em 2010 e devedoras de R\$ 116.442 em 2009 (no Consolidado, credoras de R\$ 109.024 em 2010 e devedoras de R\$ 126.336 em 2009), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15% para empresas financeiras e 9% para não financeiras), diferidos no montante de R\$ 25.033 em 2010 e R\$ 50.553 em 2009 (no Consolidado, R\$ 40.312 em 2010 e R\$ 62.967 em 2009). O Banco não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando da elaboração do estudo técnico que demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2010	2009
Prejuízo fiscal e base negativa	318.478	328.527
Diferenças temporárias:	277.100	302.168
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	151.565	185.931
Provisão para contingências	107.222	84.796
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente	7.068	17.581
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	18	44
Outras	11.227	13.816
Total	595.578	630.695
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	148.894	157.675

Ativo - Contribuição social (Alíquota de 15%)

	Consolidado	
	2010	2009
Prejuízo fiscal e base negativa	306.001	314.239
Diferenças temporárias:	270.402	298.457
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	151.565	185.931
Provisão para contingências	100.524	81.085
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente	7.068	17.581
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	18	44
Outras	11.227	13.816
Total	576.403	612.696
Alíquota de contribuição social	15%	15%
Crédito tributário constituído	86.460	91.903

Ativo - Contribuição social (Alíquota de 9%)

	Consolidado	
	2010	2009
Prejuízo fiscal e base negativa	7.941	9.751
Provisão para contingências	6.698	3.711
Total	14.639	13.462
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Crédito tributário constituído	1.318	1.211
Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13.a)	236.672	250.789

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias

	Consolidado	
	2010	2009
Saldo inicial	250.789	143.102
Adições líquidas	54.837	108.247
Baixas líquidas	(68.944)	(11.523)
Transferência para imposto de renda diferido	-	10.947
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	(10)	16
Saldo final	236.672	250.789

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	(11.849)	(8.204)	(26.810)	(8.507)
Transferência de crédito tributário	-	-	-	(10.947)
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	9.763	(1.559)	9.763	(1.559)
Ajustes a valor de mercado hedge - hedge de fluxo de caixa	278	(2.086)	278	(2.086)
Ajustes a valor de mercado hedge - valor justo	-	-	7.232	(2.688)
Reserva de reavaliação	-	-	13	122
Realização de superveniência de depreciação	-	-	(1.197)	(1.145)
Saldo final (nota explicativa nº 13.b)	(1.808)	(11.849)	(10.721)	(26.810)

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	Consolidado	
	2010	2009
2010	-	56.426
2011	49.592	55.483
2012	36.394	20.103
2013	37.476	13.793
2014	16.245	16.261
2015	27.419	41.516
2016	28.225	20.184
2017	35.387	22.488
2018	5.545	4.535
2019	195	-
2020	194	-
Total	236.672	250.789

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 159.123 em 2010 (R\$ 164.770 em 2009).

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - As transações com partes relacionadas são assim resumidas: a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Banco			
	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2010	2009	2010	2009
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Outros valores a receber de ligadas (*)	14	28	191	351
Depósitos à vista	(30)	(47)	-	-
Société Générale S.A. Corret Câmbio tít Vals Mobiliários				
Outros valores a receber de ligadas (*)	12	12	140	140
Depósitos à vista	(7)	(23)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(15.058)	(15.102)	(1.395)	(1.803)
SGAM Soc Asset Management Brasil				
Outros valores a receber de ligadas (*)	2	2	20	9
Depósitos à vista	(2)	(7)	-	-
Depósitos a prazo	(516)	(517)	(48)	(48)
ALD Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(165)	(2)	-	-
Operações com swap - diferencial a receber	32.435	31.049	1.386	64.025
Empréstimos	76.490	168.033	(1.485)	8.735
Depósitos a prazo	(2.714)	(3.902)	(430)	(48)
Banco Pecúnia S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	538.801	491.937	55.525	34.836
Depósitos interfinanceiros	-	(27.779)	(1.600)	(3.728)
Banco Cacique S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.508.290	1.239.275	154.296	79.435
Depósitos interfinanceiros	-	-	(466)	(2.590)
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	11.199	20.915	(7.338)	-
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	17.813	5.012	166	1.018
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	18.169	13.543	(719)	54.216
Devedores diversos no exterior (*)	14.549	5.451	15.064	9.111
Credores diversos no exterior (**)	(10.770)	(6.931)	(12.838)	(9.327)
Obrigações em moeda estrangeira	(163.760)	(643.809)	(8.787)	23.544
Obrigações por empréstimos no exterior	(913.468)	(558.174)	23.471	37.310
Obrigações por repasses do exterior	(33.524)	(28.414)	125	4.030
Société Générale - Zurique:				
Obrigações em moeda estrangeira	-	(261)	-	-
Société Générale - Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira	(1.619.568)	(13.908)	19.910	-

Société Générale - Shanghai:

	Banco		Receitas (despesas)	
	2010	2009	2010	2009
Obrigações em moeda estrangeira	-	-	(235)	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas (*)	2	1	15	-
Outros valores a pagar de ligadas	(43)	(306)	(830)	-
Depósitos à vista	(9)	-	-	-
Depósitos a prazo	(1.794)	-	(136)	-
Société Générale - Madrid				
Obrigações em moeda estrangeira	-	(62)	-	-
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	29.368	34.458	(8.057)	54.216
Aplicações em moeda estrangeira	17.813	5.012	166	1.018
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.047.091	1.731.212	209.821	114.271
Devedores diversos no exterior (*)	14.549	5.451	15.064	9.111
Outros valores a receber de ligadas (*)	30	43	366	500
Obrigações em moeda estrangeira	(1.783.328)	(658.040)	10.888	23.544
Credores diversos no exterior (**)	(10.770)	(6.931)	(12.838)	(9.327)
Operações com swap - diferencial a receber	32.435	31.049	1.386	64.025
Empréstimos	76.490	168.033	(1.485)	8.735
Obrigações por empréstimos no exterior	(913.468)	(558.174)	23.471	37.310
Obrigações por repasses do exterior	(33.524)	(28.414)	125	4.030
Outros valores a pagar de ligadas	(43)	(306)	(830)	-
Depósitos interfinanceiros	(15.058)	(42.881)	(3.462)	(8.121)
Depósitos à vista	(213)	(79)	-	-
Depósitos a prazo	(5.024)	(4.419)	(614)	(96)

(*) Nota explicativa nº 13 a.

(**) Nota explicativa nº 13 c

	Consolidado			
	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2010	2009	2010	2009
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	11.199	20.915	(7.338)	-
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	17.813	5.012	166	1.018
Disponibilidades no exterior	219	-	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	18.169	13.543	(719)	54.216
Devedores diversos no exterior	14.549	5.451	15.064	9.111
Credores diversos no exterior (*)	(17.845)	(28.399)	(35.033)	(29.686)
Obrigações em moeda estrangeira	(163.760)	(643.809)	(8.787)	23.544
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.466.267)	(1.287.648)	(90.346)	(16.636)
Obrigações por repasses do exterior	(33.524)	(28.414)	125	4.030
Société Générale - Zurique:				
Obrigações por empréstimos do exterior	-	(261)	-	-
Société Générale - Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira	(1.619.568)	(13.908)	19.910	-
Société Générale - Shanghai:				
Obrigações em moeda estrangeira	-	-	(235)	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas	2	1	15	-
Outros valores a pagar de ligadas	(43)	(306)	(830)	-
Depósitos à vista	(9)	-	-	-
Depósitos a prazo	(1.794)	-	(136)	-
Société Générale - Madrid				
Obrigações por empréstimos do exterior	-	(62)	-	-
Diretoria				
Depósitos a prazo	-	(10.486)	(1.119)	(1.369)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	29.368	34.458	(8.057)	54.216
Aplicações em moeda estrangeira	17.813	5.012	166	1.018
Devedores diversos no exterior	14.549	5.451	15.064	9.111
Outros valores a receber de ligadas	2	1	15	-
Obrigações em moeda estrangeira	(1.783.328)	(658.040)	10.888	23.544
Credores diversos no exterior (*)	(17.845)	(28.399)	(35.033)	(29.686)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.466.267)	(1.287.648)	(90.346)	162.089
Obrigações por repasses do exterior	(33.524)	(28.414)	125	4.030
Outros valores a pagar de ligadas	(43)	(306)	(830)	-
Depósitos à vista	(180)	(2)	-	-
Depósitos a prazo	(4.508)	(13.971)	(1.685)	(1.417)

(*) Nota explicativa nº.13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O montante pago a título de remuneração dos Diretores no exercício foi de R\$ 1.853 (R\$ 799 em 2009) no Banco e de R\$ 9.487 (R\$ 9.985 em 2009) no Consolidado.

Composição do montante pago aos Diretores:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Proventos	1.841	791	8.209	8.575
Contribuição ao INSS	12	8	1.278	1.410
Total	1.853	799	9.487	9.985

Outras informações - I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária - A participação acionária do Banco está representada da seguinte forma:

	Banco					
	2010			2009		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Diretores	3	-	3	3	-	3
Société Générale- Paris	241.585	241.588	483.173	241.585	241.588	483.173
Total de ações	241.588	241.588	483.176	241.588	241.588	483.176

24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco			
	2010		2009	
Despesas de água, energia e gás	115	106	1.982	2.195
Despesas de material	130	115	2.832	2.839
Despesas de serviços técnicos especializados	6.531	4.896	52.619	41.243
Despesas de processamento de dados	2.580	2.479	26.039	25.716
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.879	5.972	16.385	18.945
Despesas de aluguéis	3.083	3.378	21.689	22.011
Despesas de serviços de terceiros	7.249	4.325	24.139	18.516
Despesas de manutenção e conservação de bens	252	634	2.038	2.501
Despesas de comunicações	958	893	16.881	24.451
Despesas de contribuições filantrópicas	680	746	956	901
Despesas de serviços de vigilância e segurança	31	-	840	789
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ	-	-	4.532	5.455
Despesas de arrendamento	86	-		

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Recupera�o de encargos e despesas	2	582	11.212	2.404
Recupera�o de créditos securitizados	-	-	1.879	3.887
Reversão da provisão para amortiza�o de �gio	-	-	40.799	37.515
Reversão de provisão de presta�o de serviços no exterior	7.416	5.622	7.416	5.622
Reversão de provisão para contingências fiscais (nota explicativa n� 15 ii)	538	-	3.575	207
Reversão de provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa n� 15 ii)	1.241	103	2.146	445
Reversão de provisão para contingências cíveis (nota explicativa n� 15 ii)	955	-	1.299	89
Atualiza�o de créditos tributários	191	144	196	149
Atualiza�o de depósitos judiciais	3.732	248	4.158	682
Juros sobre capital próprio	26	866	26	878
Reversão de provisão para despesa com pessoal	-	9.429	205	9.429
Reversão de provisão de despesas com reformas e melhorias	-	273	-	273
Reversão de provisões operacionais	-	-	154	-
Reversão de provisões com créditos cedidos com coobriga�o	-	-	53	326
Reversão de despesa com intermedia�o financeira em cessão de crédito	-	-	2.555	-
Reversão de provisão despesas de publica�o	213	-	327	76
Reversão de provisão de auditoria externa	280	-	280	-
Reversão de incentivos fiscais-FINOR	-	-	673	-
Reversão de realiza�o de ativos	-	-	2.035	-
Reversão de provisão para pagamento de PPR	-	-	5.700	-
Receitas com encargos de cancelamento de contratos	-	-	1.198	2.445
Reversão de merca�o a mercado de obriga�es por empréstimos	-	1.673	-	1.673
Receitas de liquida�o de contrato de arrendamento	-	-	2.634	-
Valores recuperados de processos judiciais	26	212	26	212
Receitas com encargos contratuais – inadimplência	-	-	2.615	8.526
Reversão de provisão de aluguel e presta�o de serviços no País	306	990	306	990
Descontos obtidos	-	-	2.046	3.606
Varia�o monetária	-	-	173	512
Outras	505	641	9.146	3.779
Total	15.431	20.783	102.832	83.725

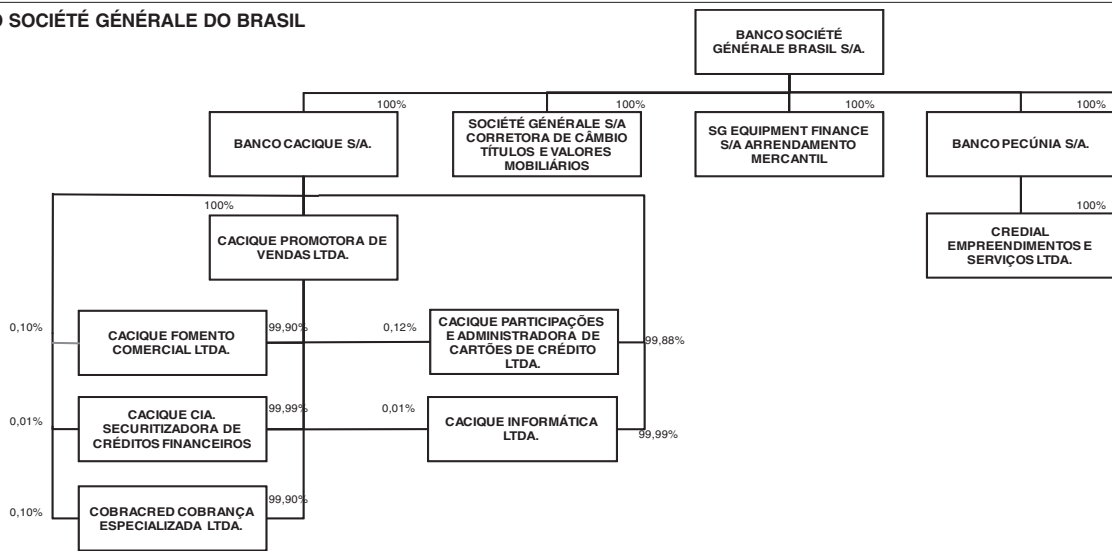
26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Presta�o de serviços no exterior	7.651	10.243	7.651	10.243
Provisão para contingências fiscais (nota explicativa n� 15 ii)	9.959	7.751	43.168	13.080
Atualiza�o de contingências fiscais (nota explicativa n� 15 ii)	3.352	2.841	7.073	6.475
Provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa n� 15 ii)	-	-	6.077	4.270
Atualiza�o de contingências trabalhistas (nota explicativa n� 15 ii)	229	509	229	509
Provisão para contingências cíveis (nota explicativa n� 15 ii)	926	913	4.242	3.796
Atualiza�o de contingências cíveis (nota explicativa n� 15 ii)	17	29	17	29
Provisão para pagamento de gratifica�o	11.731	8.601	12.244	8.806
Provisão multas BACEN	-	200	-	-
Provisão de serviços técnicos	153	-	153	-
Participa�o na venda de a�es do grupo a funcionários	-	120	45	120
Despesa com intermedia�o financeira em cessão de crédito	-	-	2.572	-
Atualiza�o monetária dos valores a pagar aos antigos acionistas	-	-	1.526	2.057
Despesas com fraudes	-	-	1.296	1.996
Despesas com encargos contratuais	-	-	435	557
Despesas com pr�mios de campanha em bens	-	-	2.167	-
Despesas com adesão ao sistema redeshop	-	-	612	548
Despesas com indeniza�es cíveis	-	-	3.077	-
Descontos concedidos	-	-	9.303	6.190
CPMF e IOC bancado sobre opera�es	-	-	2.801	2.443
Varia�o monetária	-	392	-	392
Outras	3.014	1.435	6.598	4.921
Total	37.032	33.034	111.286	66.432

27. LIMITES OPERACIONAIS - Acordo da Basileia II - O BACEN divulgou os Comunicados n  12.746/04, n  16.137/07 e n  19.028/09, que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implanta o dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia II), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às opera es das institui es financeiras para aloca o de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apura o do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1  de julho de 2008; entre eles constam: • Resolu o n  3.490/07 e Circular n  3.471/09

30. ESTRUTURA DO GRUPO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE DO BRASIL

Em 31 de dezembro 2010



CONSELHO DE ADMINISTRA O

DIONI CATHERINE KAMITSIS LEBOT - Presidente FRANÇOIS ALAIN DOSSA - Vice-Presidente
FEDERICO ANGEL TUREGANO COSTELLO - Conselheiro

DIRETORIA

FRANÇOIS ALAIN DOSSA - Diretor Presidente PASCAL FRANÇOIS VITANTONIO - Diretor Vice-Presidente
ERIC DHOSTE - Diretor Executivo CONTADOR - Igor Eduardo Ghiselli - CRC - SP 258831/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do Banco Société Générale Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstra es financeiras individuais e consolidadas, do Banco Société Générale Brasil S.A. (Banco) e controladas (Consolidado), que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstra es individuais do resultado, das muta es do patrim nio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstra es consolidadas dos resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administra o sobre as Demonstra es Financeiras** - A Administra o do Banco   responsável pela elabora o e adequada apresenta o dessas demonstra es financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstra es financeiras livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade   a de expressar uma opinião sobre essas demonstra es financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências  ticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstra es financeiras estão livres de distor o relevante. Uma auditoria envolve a execu o de procedimentos selecionados para obten o de evidência a respeito dos valores e divulga es apresentados nas demonstra es financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia o dos riscos de distor o relevante nas demonstra es financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avalia o de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elabora o e a adequada apresenta o das demonstra es financeiras do Banco e do Consolidado para planejar os procedimen-

- definem o Patrim nio de Referência Exigido (PRE); • Circular n  3.360/07 - define a Parcela de Exposi o Ponderada pelo Risco (PEPR); • Circulares n  3.361/07 a n  3.364/07, n  3.366/07, n  3.368/07 e n  3.389/08 - definem a exposi o às parcelas de Juros (PJUR-1 a PJUR-4), A es (PACS), "Commodities" (PCOM) e Câmbio (PCAM); • Circular n  3.383/08 - define a Parcela de Risco Operacional (POPR).

a) Apura o dos limites de Basileia II

Rubrica	C�culo pelo critério atual (Basileia II)	
	2010	2009
Patrim�nio Líquido de Referência - PR	1.096.870	1.132.391
Patrim�nio de Referência Exigido - PRE	656.627	593.186
Parcela do Risco das Posi�es "Banking Book" - RBAN	4.145	3.081
Valor da margem	436.098	536.124
�ndice da margem conservadora	60%	53%

Parcela	2010		2009	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
PEPR	492.075	45%	498.884	44%
PCAM	49.292	4%	4.211	0%
PJUR-1	6.002	1%	5.613	0%
PJUR-2	52.845	5%	22.750	2%
PJUR-3	123	0%	1.947	0%
PJUR-4	-	0%	-	0%
PCOM	-	0%	-	0%
PACS	-	0%	-	0%
POPR	56.290	5%	59.781	5%
Adicional BCB	-	0%	-	0%

• Extrapolat o

	2010	2009
�ndice exigido - BACEN	11%	11%
�ndice alcançado	18,26%	20,89%
(-) Margem extrapolada	3.964.527	4.873.854

b) Foi emitida pelo BACEN, no dia 24 de dezembro de 2009, a Circular 3.477, que dispõe sobre a divulga o de informa es referentes   gestão de riscos, ao Patrim nio de Referência Exigido (PRE), de que trata a Resolu o n  3.490, de 29 de agosto de 2007, e   adequa o do Patrim nio de Referência (PR), de que trata a Resolu o n  3.444, de 28 de fevereiro de 2007. Tais informa es referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, serão divulgadas, no prazo legal, em sítio próprio na internet.

28. OUTRAS INFORMA ES - a) Em 31 de dezembro de 2010, a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros, monta a R\$ 195.661 (R\$ 155.989 em 2009). b) Em 31 de dezembro de 2010, no Consolidado, foram realizadas cessões de crédito com coobriga o com outras institui es financeiras no montante de R\$ 402.220 (R\$ 10.561 em 2009). O resultado dessas cessões no montante de R\$ 97.134 foi registrado na rubrica "Receitas de Intermedia o Financeira – Opera es de Crédito". Os contratos objeto da cessão referem-se a financiamento de veículos e crédito pessoal consignado - INSS, cujos vencimentos ocorrerão até 2015. O valor presente dos contratos cedidos em 31 de dezembro de 2010   de R\$ 269.374 . O valor dos contratos cedidos, atualizado pelas taxas das cessões efetuadas   de R\$ 346.002 e a taxa média das cessões dos contratos de financiamento de veículos foi de 14,69% ao ano e 1,15% ao mês e, taxa média dessas cessões foi de 14,11% ao ano e 1,11% ao mês para os contratos de crédito pessoal consignado – INSS cedidos. Foi também constituída provisão para créditos de liquida o duvidosa sobre essas cessões, no montante R\$ 2.119 , (R\$ 55 em 2009) sendo o valor R\$ 1.464 referente a controlada Banco Cacique S.A. registrado na rubrica "Negocia o e intermedia o de valores" e R\$ 655 referente a controlada Banco Pecúnia S.A. registrado na rubrica "Outras obriga es-diversas" (notas explicativas 8 e 13.c, respectivamente). c) Plano de pensão - A partir do primeiro semestre de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, de contribui o definida, o qual   administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as contribui es dos patrocinadores totalizaram R\$ 451 (R\$ 373 em 2009) (Banco) e pelos funcionários R\$ 515 (R\$ 460 em 2009). d) Mudança de razão social - A controlada Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, através da AGO/E e RCA de 15/04/2010 efetuou a mudança de sua razão social para SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. A nova razão social foi objeto do despacho de 26/11/2010 no Banco Central do Brasil e homologado pela Juceesp em 22/12/2010.

29. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS - Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei n  11.941, resultado da conversão da Medida Provisória n  449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais. Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administra o do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolida o.

Processo	Valor contábil da provisão em 31/12/10
Lei n� 8.200/91 - Corre�o Monetária de Balanço (*)	16.686
IRRF sobre cota de fundo ao portador	473
CSLL	1.026
Total	18.185

(*)Nota explicativa n  15 iii a – registrado no grupo fiscais e previdenciárias
No momento da consolida o, o Banco irá registrar o ganho gerado a título de desconto nos juros e nas multas, após homologa o da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale S.A. (Comitê),  rg o estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento   Resolu o n  3.198/04 do Conselho Monetário Nacional – CMN. Reportando-se diretamente ao Conselho de Administra o e composto por três diretores indicados por este  rg o. Compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando o Conselho de Administra o no desempenho de suas atribui es relacionadas ao: • Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elabora o das demonstra es financeiras da Sociedade e de suas controladas; • Na indica o e avalia o da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomenda es de melhorias nos controles internos; • Avalia o da efetividade dos controles internos. O Comitê reuniu-se formalmente 5 vezes desde a aprova o das demonstra es financeiras relativas ao período encerrado em junho/2010 até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 31/12/2010, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das institui es que compõem o Conglomerado, bem como consultores

tos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e do Consolidado. Uma auditoria inclui também a avalia o da adequa o das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administra o, bem como a avalia o da apresenta o das demonstra es financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para Opinião com Ressalva** - A controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil registra as suas opera es e elabora as suas demonstra es financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, as quais requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil, o qual   registrado como insuficiência ou superveniência de deprecia o, classificada no ativo permanente. Essas diretrizes, embora propiciem a apura o do resultado e do patrim nio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não requerem a reclassifica o das opera es para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e das receitas e despesas de arrendamento mercantil, que permanecem registradas e apresentadas de acordo com as disposi es da Lei n  6.099/74 nas demonstra es financeiras consolidadas. **Opinião com Ressalva** - Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstra es financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Société Générale Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas opera es e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 15 de março de 2011
Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC n  1 RJ 076328/O-2 "S" SP



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n  2 SP 011609/O-8